

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO

OS ASPECTOS SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO
SÓCIOAMBIENTAL DE UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

DOURADOS/MS

2014

LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO

**Os Aspectos Sociais na Divulgação do Relatório SócioAmbiental de uma
Cooperativa Agroindustrial**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Professora Dra. Erlaine Binotto

Banca Examinadora:

Professora Me. Cristiane Mallmann Huppés

Professora Dra. Adriana R. C. F. Moreira

DOURADOS/MS

2014

OS ASPECTOS SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO SÓCIOAMBIENTAL DE
UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na disciplina de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora Dra. Erlaine Binotto

Avaliador(a)

Professora Me. Cristiane Mallmann Huppes

Avaliador(a)

Professora Dra. Adriana R. C. Frugulli Moreira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro a Deus, por ter me dado condições para desenvolvê-lo, a minha família por entender a minha necessidade de dedicação, abdicando de tempo e atenção aos mesmos e a minha orientadora por ter aceitado o pedido de orientação e auxiliado no desenvolvimento e elaboração deste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me acompanhar durante ao longo destes anos de graduação e pelo incentivo dado pela minha família para a realização de mais esta conquista, assim como, ao meu namorado, pela compreensão e o companheirismo. Também agradeço as orientações recebidas por minha orientadora Professora Dra. Erlaine Binotto que, possibilitaram o desenvolvimento do trabalho, no sentido de incentivo a persistir pesquisando e escrevendo.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar a evidenciação da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 (NBC T nº 15) nos relatórios Anual e SocioAmbiental, do ano de 2012, de uma Cooperativa Agroindustrial, atuante em Dourados, Mato Grosso do Sul, observando os aspectos sociais. Para isso houve a necessidade da formulação de um comparativo no qual identificou, as informações divulgadas conforme a solicitação da norma, aquelas divulgadas incompletamente e as não divulgadas. Constatou-se que, apenas 6,25% das informações foram divulgadas nos moldes previstos, o que diverge, por exemplo, dos princípios do cooperativismo aprovados no Congresso de Manchester, em 1995, nos qual garante, que a cooperativa deve informar a seus cooperados todo e qualquer assunto relacionada a mesma.

Palavras-chave: Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15; Social; Cooperativa Agroindustrial.

ABSTRACT

This study aims to identify the disclosure of the Brazilian Standard Technical Accounting paragraph 15 (NBC T n ° 15) and SocialEnvironmental in Annual reports of the year 2012, a Agroindustrial Cooperative, active in Golden, Mato Grosso do Sul, observing the social aspects. For this it was necessary to formulate a comparative which identified the information disclosed under the request of the norm, those disclosed and undisclosed halfway. It was found that only 6.25% of the information was disclosed in the manner prescribed, which differs, for example, the cooperative principles adopted at the Congress of Manchester, in 1995, on which ensures that the cooperative shall inform its members every subject related to it.

Keywords: Brazilian Technical Accounting Standard n° 15, Social, Agribusiness Cooperative.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REVISÃO TEÓRICA	14
2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.....	14
2.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL	17
2.3 O PROFISSIONAL CONTÁBIL	18
2.4 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.....	20
2.5 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA N° 15.....	20
2.6 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA N° 15.....	21
2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	22
2.8 FAVORABILIDADE EMPRESARIAL SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL...23	
2.9 COOPERATIVA	24
3 METODOLOGIA	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/UNID. ANÁLISE.....	27
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	27
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA.....	30
4.2 RECURSOS HUMANOS	30
4.2.1 Remuneração e Benefícios Concedidos a Empregados, Administradores, Terceirizados e Autônomos.....	30
4.2.2 Evidenciação em Relação à Composição dos Recursos Humanos	33
4.2.3 Ações Trabalhistas Movidas Pelos Empregados Contra a Entidade.....	34
4.3 INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO.....	35
4.3.1 Interação Entre a Instituição e Clientes.....	36
4.3.2 Interação Entre a Instituição e Fornecedores.....	37
4.4 INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A ENTIDADE.....	38
4.5 RESULTADOS EM PERCENTUAIS.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO A - RESOLUÇÃO CFC N° 1328/11- DISPÕE SOBRE À ESTRUTURA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	47

ANEXO B - RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/04 - NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL.....	51
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, segundo Marion (2010), é uma ciência, que estuda o patrimônio e sua variação em entidades com ou sem fins lucrativos, também pode ser considerada como geratriz de informações que poderão ser utilizadas na tomada de decisão. A mesma está inserida em um contexto histórico de profundas mudanças interligadas à evolução da sociedade.

Estas mudanças, não estão apenas identificadas no estudo direcionado ao patrimônio, mas também, relaciona-se a aqueles que se propõem a colocá-la em prática, ou seja, os Profissionais da Contabilidade. Pessoas que foram ao longo da história, contextualizadas as necessidades encontradas, suprindo-as a partir da evolução de seus comportamentos e conhecimentos, utilizados a fim de, modernizar e melhorar a prática das atividades desempenhadas.

As transformações que estão relacionadas ao perfil do profissional da contabilidade, remetem as características não próprias aos indivíduos que foram responsáveis por desenvolver esta ciência no passado, mas sim, por algumas que até contrariam a figura esculpida na memória de grande parte da sociedade.

Neste contexto estão inseridas as empresas e os interessados em informações geradas pelas mesmas, criando-se assim, a necessidade da formulação de Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC. Cabendo a estas, a responsabilidade de abordar diferentes aspectos, bem como, a divulgação de informações sociais e ambientais, apresentadas e disponibilizadas pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Número 15 - NBC T 15, sendo, o profissional contábil, aquele que poderá incentivar sua utilização.

Tendo em vista esta realidade, estudos desenvolvidos em relação à divulgação apresentada por empresas em relação aos aspectos SocioAmbiental constataram que:

diante dos resultados, foi possível concluir que a evidenciação da Responsabilidade Socioambiental das empresas ainda é incipiente, mesmo naquelas comprometidas com a temática, como é o caso da amostra estudada, não apresentando informações da maneira preconizada nas normas brasileiras, em especial no que se refere à NBC T 15 (GOMES et al., 2013, p. 2).

A especificidade de alguns setores pode proporcionar a observação de que,

foram selecionadas as 14 maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira que publicaram suas demonstrações contábeis em 2005. Constatou-se que cinco empresas mostraram um péssimo conceito; quatro apresentaram ótimo desempenho na evidenciação de suas informações de responsabilidade social; e outras se apresentaram de forma boa ou regular (VIEIRA; FARIA, 2007, p. 1).

Tem-se também uma visão da adequação da evidenciação destas informações por empresas de capital aberto, sendo proposta,

em relação ao nível de adequação da evidenciação social às recomendações da NBC T 15, com base na análise dos relatórios da administração e notas explicativas no período de 2005 a 2007 das 23 empresas de capital aberto do estudo, que há predomínio da classificação regular, pois quatro empresas obtiveram conceito insuficiente de evidenciação, doze conceito regular, seis conceito bom e uma empresa obteve conceito ótimo (BEUREN et al., 2010, p. 1).

Esta pesquisa esta direcionada aos aspectos sociais divulgados, ao se tratar deste assunto, há a preocupação com a responsabilidade social, seu desenvolvimento e o investimento necessário por parte das empresas, o que conseqüentemente constitui ao consumidor, investidor e funcionário a imagem da instituição.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2004), o objetivo da criação da NBC T 15, remete-se aos procedimentos necessários para evidenciar as informações derivadas da entidade, no que se refere aos aspectos social e ambiental, que devem mostrar a sociedade, o comprometimento da instituição com a responsabilidade social.

Esta Norma entende por, informações de natureza social e ambiental, os seguintes aspectos: a-) a geração e a distribuição de riqueza; b-) os recursos humanos; c-) a interação da entidade com o ambiente externo; d-) a interação com o meio ambiente.

Todas estas informações precisam ser divulgadas em um demonstrativo, preferencialmente, de fácil acesso e compreensão, pois há diferentes interessados nestas informações, com grau de instrução e conhecimento diferenciados. Por outro lado, não há obrigação legal sobre a divulgação dessas informações, no Brasil. Porém, alguns relatórios, são disponibilizados sobre este conteúdo, oferecidos por empresas que atuam no mercado em diferentes atividades. Este panorama induz ao questionamento sobre, a prática da NBC T 15 no país.

Principalmente, porque esta pesquisa estará utilizando o relatório SócioAmbiental divulgado por uma Cooperativa Agroindustrial fundada no Paraná e atuante em outros estados, sendo um deles o Mato Grosso do Sul. Segundo Pereira (1995, p.34) “o Cooperativismo baseia-se no trabalho e não no lucro, é uma filosofia do homem na sociedade

em que vive, baseada na ajuda mútua. Considera os valores e as aspirações e não o capital individual acumulado”.

Tento em vista este contexto, o estudo quer investigar: Qual a adesão de evidenciação promovida por frente às prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Comparar a NBC T 15, no que se refere às informações sociais, com os relatórios Anual e SocioAmbiental do ano de 2012, divulgado por uma Cooperativa Agroindustrial fundada no Paraná, com filial em Dourados – MS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- * Analisar as divulgações de Balanço SocioAmbiental da cooperativa, buscando conhecer a forma na qual a Cooperativa Agroindustrial demonstra seus dados;
- * Verificar se os aspectos abordados no Balanço SocioAmbiental e no Relatório Anual de 2012, contemplam integralmente a NBC T 15, em relação as questões sociais;
- * Identificar os aspectos sociais presentes na NBC T 15 que não são divulgados, pela Cooperativa, objeto do estudo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao se propor a pesquisa sobre a NBC T 15, há a necessidade de identificar e demonstrar a conceituação sobre uma ferramenta criada para registrar a mensuração de aspectos sociais, nota-se a referência ao Balanço Social:

É um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, essa justificativa deve provar que seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente (RIBEIRO; LISBOA, 2008, p.5, apud, CUNHA; RIBEIRO, 1999, p.1).

De acordo com esta definição, este custo-benefício abordado poderá ser reconhecido pelos indivíduos externos à entidade com a divulgação do Balanço Social. Complementando a

ideia, Cunha e Ribeiro (2004, p.8) afirmam que, “o que se deve reforçar é que o balanço social, por sua vez, tem uma outra característica, a de divulgação voltada para o grande público em geral, possuindo, efetivamente, cunho social”.

Nesse contexto de abordagem de um público em geral, o letramento do indivíduo é fundamental para a compreensão das informações divulgadas, pois segundo Soares (2003, p. 3) “letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”. Assim, o balanço social precisa estar relacionado ao letramento para que a sociedade consiga interpretá-lo.

Considera-se também outro aspecto em relação às demonstrações contábeis,

é preciso reconhecer que o sistema de informações contábeis disponível, representado pelas demonstrações tradicionais e voltado essencialmente para o desempenho econômico-financeiro, não possibilita a obtenção desses novos dados que interessam a tantos. Ele não mostra nem mensura o impacto do desempenho social da empresa e seu relacionamento com a comunidade onde está inserida, relegando a um plano secundário alguns usuários que contribuem, direta ou indiretamente, para a geração de riqueza das organizações. Dentre eles, os empregados e a própria comunidade, que cede os recursos para as organizações (CUNHA; RIBEIRO, 2007, p.1).

Diante do exposto, a afirmativa que se propõem para este estudo, está relacionada a um interesse coletivo e social pelo cenário empresarial que utiliza recursos variados presentes em cada região do país e precisa estar consciente sobre a existência da NBC T 15, sua utilização e divulgação das informações solicitadas.

Assim, a relevância deste trabalho está em demonstrar a responsabilidade das entidades sobre a divulgação dos aspectos sociais da NBC T 15, sendo que esta divulgação atenda a todos os critérios solicitados pela mesma, para que a sociedade conheça a empresa e onde seus recursos estão sendo aplicados.

Deste modo, este trabalho está ao encontro com o novo papel do contador na sociedade, que deixou de ser apenas financeiro e precisa agir como agente social e conscientizador de outros indivíduos. Através de seus conhecimentos específicos poderá auxiliar no processo de mudanças significativas no cenário empresarial, tentando conciliar o interesse financeiro do investidor e os recursos disponíveis limitados, agindo conforme as leis e normas do país.

2 REVISÃO TEÓRICA

A abordagem estará pautada nos referidos aspectos: História da Contabilidade, a Contabilidade no Brasil, o Profissional Contábil, as NBC, focalizando a especificidade da NBC T 15 e sua divulgação, o que remete a Responsabilidade Social e sua Favorabilidade para as empresas em relação aos investimentos, sendo o ultimo aspecto abordado, o Cooperativismo.

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A importância de se conhecer o passado e a progressão de seus acontecimentos está, no auxílio que o mesmo poderá prestar a compreensão dos fatos que acontecem no presente, assim entende-se:

A história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização. Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social e interpretação dos fatos ocorridos com o intuito material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2012, p.1).

Para Sá (1997, p. 15), “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizaram os da própria evolução do ser humano”. Assim, o mesmo propõe:

PERÍODOS	OBSERVAÇÕES
Intuitivo Primitivo	Foi vivido nos períodos lúricos, da pré-história da Humanidade, caracterizou-se pelas manifestações rudimentares de arte e pré-escrita, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza.
Racional-Mnemônico	De disciplina dos registros, com o estabelecimento de métodos de organização da informação, ocorrido na Antiguidade; iniciou-se cerca de 4.000 a.C.
Lógico Racional	Preocupou-se com a evidência de causa de efeito dos fenômenos organizados em sistemas primários; deu origem à partida dobrada, desenvolvido na Idade Média da Humanidade, iniciou-se, segundo provas, a partir da segunda metade do século XI.
Literatura	Em que a evolução defluiu da produção da matéria escrita de difusão do conhecimento, com a preocupação de ensinar por meio de livros escritos por autores preocupados com a forma de “como realizar os registros e demonstrações”; tal período ensaia-se a partir do século XI, tendo como berço o mundo islâmico; acelerou-se, no Ocidente, e assim se definiu, a partir do século XV.
Pré-Científico	Em que a intensa busca de raciocínios, definições e conceitos em matérias não só de registros, mas, especialmente, de fatos ou ocorrências com a riqueza ensejou a disciplina das contas. Nessa fase, ocorreu a formação das primeiras teorias empíricas, abrindo caminho para a lógica do conhecimento contábil que transcendeu a simples informação; tal período começa a viver-se a partir dos fins do século XVI, prolongando-se, sempre, em etapas evolutivas, até o início do século XIX.
Científico	Nele apareceram as primeiras obras científicas e estabeleceram-se as bases das escolas do pensamento contábil; é a época em que se passou a estudar a essência dos fenômenos patrimoniais, de suas relações, ou seja, o que significava os fatos informados e relativos ao patrimônio, tendo sido vivido a partir das primeiras décadas do século XIX; tal período constituiu-se naquele da História das Doutrinas.
Filosófico-Normativo	Vivido a partir da década de 50 do século XX, em que a reocupação de normatizar as informações e de penetrar na interpretação conceptual definiu bem as áreas da informação disciplinada e do entendimento profundo e holístico dos fenômenos patrimoniais. Tal período também é o da atualidade, em que paralelas seguem, definidas, as duas correntes: a empírico-normativa e a científico-filosófica, ambas suportadas por considerável avanço da tecnologia da informação.

QUADRO 01 – Classificação dos Períodos Evolutivos da Contabilidade

FONTE: Sá (1997, p.16).

O quadro demonstra a evolução da Contabilidade e a forma que a mesma foi observada por seus estudiosos, caracterizando-a durante os períodos contextualizados por datas respectivas, o que possibilita o entendimento desta ciência perante a evolução histórica.

Outra perspectiva é apresentada por Pinto (2002, p. 09), ao afirmar que, “na evolução da história contábil juntamente com as doutrinas podemos dividir em períodos, a saber: contabilidade antiga, contabilidade medieval, contabilidade moderna e a contabilidade científica”.

Este autor apresenta a divisão desses períodos, e escreve sobre, quais diferenças houveram de um período para o outro e o ano que aconteceram as mudanças.

PERÍODOS	ANO	O QUE MARCOU A MUDANÇA DESTE PERÍODO?
I. Contabilidade Antiga ou Empírica.	De 8000 a.C até 1202 da era Cristã.	A edição do livro de Leonardo Finobacci, <i>Liber Abaci</i> , em 1202 com apenas 3 tiragens manuscritas.
II. Contabilidade Medieval ou Sistematização da Contabilidade.	De 1202 até 1494.	A edição do livro de Lucca Pacioli, <i>La summa de arihmética, geometria, proportione et proportionalitá</i> . A economia europeia em expansão possui grande relevância neste período.
III. Contabilidade Moderna ou Literatura de Contabilidade.	De 1494 até 1840.	Segundo Melis a edição do livro de Francesco Villa, <i>La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche</i> .
IV. Contabilidade Científica ou Contabilidade Contemporânea.	De 1840 até os dias de hoje.	Não há marco. A Contabilidade Científica são os nossos dias atuais.

QUADRO 02 – Contextualização dos períodos que compõem a Contabilidade
 Fonte: Pinto (2002, p. 09-10).

Sendo assim, esta ciência, vem modificando-se com o passar dos anos conforme as necessidades encontradas na sociedade e sua evolução que, proporcionaram modernização nas ferramentas utilizadas por esta ciência, sendo estas, pautadas nos estudos e publicações feitas pelo homem.

A mesma estabilizou-se na chamada Contabilidade Científica, isso significa que:

entendeu-se que o registro contábil era apenas a expressão da observação de fatos da riqueza, mas, não o próprio fato. Conscientizou-se de que não basta escriturar, mas, é preciso saber o que fazer com as informações obtidas, ou seja, necessário é entender o que significa o que aconteceu com a riqueza patrimonial e que se evidencia nas demonstrações (SÁ, 2013, p. 01).

Outro aspecto referente à história da contabilidade relaciona-se com a teoria. Com a evolução do pensamento contábil, diferentes formas de caracterizá-la foram surgindo no decorrer do período histórico. Pesquisadores colocaram em prática estudos e pesquisas que proporcionaram a formação de opiniões, bem como conceitos e práticas contábeis. Diante deste contexto, formaliza-se o registro sobre as doutrinas e/ou escolas e/ou correntes científicas. O Quadro 3 se refere aos principais pensadores:

DOCTRINA/ ESCOLA/ CORRENTE CIENTÍFICA	Principais Características	PRECURSOR – LÍDER INTELLECTUAL
MATERIALISMO SUBSTANCIAL	Relação entre administração e contabilidade	FRANCESCO VILLA
PERSONALISMO	Contas abertas em nome de pessoas físicas ou jurídicas. Dever e Haver representavam débitos ou créditos dos titulares destas contas.	GIUSEPPE CERBONI
CONTROLISMO	Diferenciação entre o conceito de administração geral e econômica	FÁBIO BESTA
REDITUALISMO	O lucro é o que mais interessa como objeto de estudo	EUGEN SCHMALENBACH
AZIENDALISMO	Integração em uma única disciplina dos conhecimentos da vida econômica da entidade e desenvolvimento de uma teoria a partir do resultado.	ALBERTO CECCHERELLI, GINO ZAPPA
PATRIMONIALISMO	A contabilidade é uma ciência com um objeto bem determinado (o patrimônio).	VINCENZO MASI

QUADRO 03 - Descrição das Características de Cada Escola

Fonte: Neto et al. (2008, p. 124)

Observa-se que cada doutrina contábil está relacionada a um indivíduo que é o precursor e idealizador dos componentes ou características de cada escola, assim tem-se uma abordagem geral da principal característica de cada corrente, dando assim uma visão geral do pensamento contábil.

2.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL

Niyama (2007) faz uma breve abordagem sobre o desenvolvimento histórico (recente) da contabilidade no país, apresentando os principais fatores identificados no contexto, que possibilitaram dar características e posicionamentos a esta ciência, a partir da década de 70, com o desenvolvimento do mercado de capitais e com a reforma bancária.

Fatos históricos elencados pelo autor sobre a relação constituída pela Contabilidade e o Brasil, a partir de 1970:

- * Obrigação de companhias abertas serem auditadas, por auditores externos;
- * Padronização da estrutura e das demonstrações contábeis, das companhias abertas, por meio de publicação da Circular n° 179/72, emitida pelo Banco Central do Brasil;
- * Criação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e publicação da Lei n° 6.404/76, em 1976;
- * Desenvolvimento econômico do país;
- * Desvalorização cambial da moeda brasileira em 30%, sendo essa, tentativa para controle da inflação em 1979, porém não houve a dedutibilidade fiscal em relação à perda.

* Em 1987, a CVM, editou a Instrução 64 para que houvesse a elaboração de demonstrações contábeis complementares;

* Em 1996, Proibição de indexação nas demonstrações financeiras;

* Em 1993, Estabelecimento de Princípios Fundamentais de Contabilidade, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Com a edição das Leis n° 11.638/07 e 11.941/09 e com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em 2005, produziu-se durante 2008 e 2009, um conjunto de novas normas, aprovadas pela CVM e pelo CFC e outros órgãos reguladores, utilizando-se também da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade - NIC. (IUDÍCIBUS et al., 2010).

O que traz, para a Contabilidade, uma nova perspectiva para a prática desta ciência, fazendo com que seus profissionais, necessitem ter um perfil diferenciado daquele delimitado no passado.

2.3 O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Devido às várias mudanças que ocorreram na Contabilidade, à função desenvolvida pelos profissionais que estiveram relacionados à Ciência Contábil sofreram alterações, sobre as atividades desenvolvidas.

Antigamente o profissional que exercia a contabilidade era chamado de guarda-livros, e sua principal função era a escrituração dos livros mercantis. Era conhecido também como um funcionário indireto do governo, pois era responsável em efetuar cálculos de impostos e preenchimentos de guias (OLIVEIRA; SILVA; FEITAL, 2012, p.8).

Com o passar do tempo, as modificações sofridas por esta ciência, fizeram com que o perfil profissional também fosse alterado, o que atualmente pode ser caracterizado como,

o novo perfil do contador é de uma pessoa que reúne conhecimentos técnicos e sociais em função do vasto mercado que tem a sua disposição. Com isso, sabe-se que a melhor remuneração está ligada à qualidade dos serviços prestados e essa qualidade só será alcançada com dedicação aos estudos e uma essencial base teórica e técnica, e uma integração com a empresa no seu todo (OLIVEIRA; SILVA; FEITAL, 2012, p.8).

Ampliando a pesquisa sobre o profissional na área da Contabilidade, será utilizado, um comparativo para demonstrar as diferenças encontradas por Niyama (2007), em diferentes países no qual esta ciência é desenvolvida. Os países escolhidos por este autor são: Brasil, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão e Holanda.

<p>PAÍIS - BRASIL Órgãos</p>	<p>PAÍIS – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Órgãos</p>	<p>PAÍIS – GRÃ - BREITANHA Órgãos</p>	<p>PAÍIS – FRANÇA Órgãos</p>	<p>PAÍIS – ALEMANHA Órgãos</p>	<p>PAÍIS – JAPÃO Órgãos</p>	<p>PAÍIS – HOLANDA Órgãos</p>
<p>Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Exame de Suficiência Profissional Realizado duas vezes ao ano, sendo considerado apto, o candidato que obter 50% ou mais de acertos na prova. Educação Continuada A partir de 2004, os auditores independentes devem comprovar, no mínimo, 32 horas por ano de cursos ou atividades correspondentes. Normas Contábeis Existência de grupo de trabalho voltado para o desenvolvimento de normas brasileiras de Contabilidade, porém o grupo não possui autoridade suficiente para que as normas sejam efetivamente obrigatórias, prevalecendo à legislação tributária.</p>	<p>Instituto Norte-Americano de Contadores Públicos Certificado (AICPA); Colegiado de Princípios e Padrões Contábeis (FASB). Exame de Suficiência Profissional Não constam informações. Educação Continuada Não constam informações. Normas Contábeis O AICPA é responsável pelo Código de Ética Profissional; O FASB tem seus padrões reconhecidos, tendo autoridade substancial sobre as demonstrações.</p>	<p>Instituto de Contadores Licenciados da Inglaterra e de Gales (ICAEW); Instituto de Contadores Licenciados da Irlanda (ICAI); Instituto de Contadores Licenciados da Escócia (ICAS); Associação de Contadores Licenciados Certificados (ACCA); Instituto de Contadores Gerenciais Licenciados (CIMA); Instituto de Contabilidade e Finanças Públicas (CIPFA). Todos os órgãos a cima são supervisionados pelo Comitê Consultivo dos Organismos Contábeis (CCAB). Exame de Suficiência Profissional Cada um dos órgãos citados a cima possui um sistema de credenciamento próprio. Educação Continuada Não constam informações. Normas Contábeis Os padrões contábeis são editados pelo Colegiado de Padrões Contábeis, votados e aprovados pelos seis organismos.</p>	<p>Ordem de Especialistas Contábeis (OEC) – Representam os Contadores; Comissão Nacional dos Auditores Independentes (CNCC) – Representam os Auditores; Conselho Nacional de Contabilidade. Exame de Suficiência Profissional A OEC, cadastra apenas contadores, estes desenvolverão apenas os registros das contas e as demonstrações. A ordem está submetida ao Ministério da Economia e Finanças; A CNCC, é responsável pela produção de padrões profissionais de auditoria, Código de Ética e Orientações Técnicas, está sobre a jurisdição do Ministério da Justiça. Educação Continuada Não constam informações. Normas Contábeis Não há muita autonomia e influência dos profissionais.</p>	<p>Forte atuação do Fisco; Exame de Suficiência Profissional Não constam informações. Educação Continuada NORMAS CONTÁBEIS Critérios de reconhecimento e mensuração das contas contábeis, compatível com os critérios fiscais; Impossibilidade de discussões sobre o assunto devido à presença constante das normas estabelecidas; As empresas que fizerem parte de bolsa de valores de outros países, estão liberadas a elaborar suas demonstrações conforme as Normas Internacionais.</p>	<p>Instituto Japonês de Contadores Públicos Certificados. Exame de Suficiência Profissional Aplicação do Exame de Suficiência em três etapas, na qual todo o processo é supervisionado pelo Ministério de Finanças. Educação Continuada Não constam informações. Normas Contábeis O Instituto não pode emitir padrões contábeis; A elaboração é feita pelo Business Accounting Deliberation (BADC), estando sujeito à aprovação do Ministério de Finanças; O BADC, não edita normas para a Auditoria.</p>	<p>Instituto Real de Contadores Públicos (NIVRA); Organização Holandesa de Contadores (NOVAA). Exame de Suficiência Profissional Não constam informações. Educação Continuada Não constam informações. Normas Contábeis A atuação do NIVRA é mais visível na edição de padrões de Auditoria; A NOVAA é voltado para a consultoria fiscal.</p>

QUADRO 04: Diferentes Características da Profissão Contábil.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Niyama (2007).

O quadro demonstra alguns aspectos referentes à profissão contábil, em países distribuídos pelo mundo. Ressaltando o que está relacionado à formulação das normas contábeis, no papel dos contadores e dos órgãos que regulamentam e fiscalizam a profissão. Na maioria das vezes, no que foi apresentado, não está a cargo dos mesmos opinarem e decidirem sobre os padrões desejados.

2.4 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

Anterior ao recente contexto de mudanças apresentados no Brasil, na qual, caracterizou a importante transformação da Contabilidade, Reis e Silva (2008), demonstraram o surgimento no ano de 1981, por meio do Conselho Federal de Contabilidade, das NBC, divididas em Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica NBC T e Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais NBC P, onde foram dispostos dezesseis princípios contábeis.

Segundo entendimento do grupo de trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade,

norma é uma indicação de conduta obrigatória. São regras e procedimentos para a uniformização dos entendimentos e interpretações na contabilidade. Precisam ser fixadas por doutrinadores ou profissionais de forma convencional e tomadas impositivas na execução prática das atividades de natureza contábil (CRCRS, 2007a apud FREY, 2009, p. 1).

A Resolução n° 1328/11, produzida pelo Conselho Federal de Contabilidade, gerou parâmetros para a estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Alguns aspectos serão apresentados neste trabalho, a iniciar pela informação que os mesmos estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e os demais se referem à NBC T 15.

2.5 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA NUMERO 15

Dentre a estrutura da Norma Brasileira de Contabilidade, será dado foco a NBC T 15 que aborda informações de natureza Social e Ambiental, bem como, a forma que as empresas devem utilizar para divulgar as informações.

Esta Norma foi aprovada pela Resolução CFC n° 1003, em Brasília, no dia 19 de Agosto de 2004 e passou a vigorar a partir de 1° de Janeiro de 2006. Ela está dividida em três partes, a primeira referente à conceituação e aos objetivos, a segunda relaciona-se as informações que devem ser divulgadas e a terceira as disposições gerais. Em Anexo, a Resolução CFC n° 1003/04 e a NBC T 15 na íntegra.

2.6 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA N°15

Para a realização das divulgações de informações solicitadas pela NBC T 15, as empresas devem utilizar o Balanço Social, pois ele,

busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumida pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituídos dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua. (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 7).

Diante desta perspectiva há necessidade em divulgar as informações referentes aos aspectos propostos na NBC T 15, sendo fundamental para a sociedade como um todo, não apenas por constar essa solicitação na própria norma. As divulgações destas informações são vistas como um dever da entidade para com a sociedade na qual ela esta inserida.

Constata-se a necessidade da divulgação das informações sociais como forma de justificar a sociedade onde está sendo utilizado o recurso que dela é retirado para a existência de bens ou da prestação de serviços. Em relação a este contexto, a:

existência de uma teoria de divulgação voluntária que seria um caso especial da teoria dos jogos, com a premissa de que a entidade irá divulgar informação que seja favorável a ela e não a divulgará se ela for desfavorável. A teoria dos jogos é uma análise matemática de situações que envolvam interesses em conflito a fim de indicar as melhores opções de atuação para que seja atingido o objetivo desejado (DYE, 2001, p.184 apud CUNHA; RIBEIRO, 2008, p.7).

Em consonância,

foi verificado que as empresas são mais propensas a apresentar informações em seus relatórios ambientais que sejam favoráveis à sua imagem corporativa, e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam impactar em sua legitimidade perante a sociedade (DEEGAN; RANKIN, 1996 apud SAMPAIO et al., 2010, p.4).

Neste contexto, nos deparamos com outra possibilidade relacionada à divulgação das informações solicitadas pela NBC T 15, a Teoria da Legitimidade, Sampaio et al. (2010, p.2) “indica a necessidade das empresas serem percebidas como social e ambientalmente responsáveis e continuem operando no ambiente onde estão inseridas a baixos custos”. Nesta teoria, os mesmos autores, apresentam que, “as empresas podem operar no ambiente onde estão inseridas com menores custos e com redução da pressão sobre elas” (SAMPAIO et al., 2010, p. 9).

Outro aspecto relevante que está relacionado à divulgação refere-se:

apesar do crescimento no volume de evidenciação das informações socioambientais, é necessário melhorar a qualidade e a quantidade de informação divulgada, pois na maioria desses relatórios as informações são divulgadas fragmentadas e de forma não integrada. (ADAMS; HILL; ROBERTS, 1998 apud SAMPAIO et al., 2010, p. 3).

Mesmo não havendo previsão legal para que as empresas divulguem obrigatoriamente, informações relacionadas aos aspectos sociais ou ambientais, as mesmas fazem divulgações do que é julgado como propenso a uma imagem positiva relacionada a responsabilidade social, estando esse processo relacionado a algum interesse que a mesma possa ter ou em baseada em previsões de ganhos/lucro.

2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A NBC T 15, focaliza a Responsabilidade Social das empresas para com toda a sociedade, a princípio diminuindo o foco destas entidades para apenas um setor, no qual este é constituído por investidores e clientes, ou seja, a constituição financeira das mesmas.

A responsabilidade social vem se mostrando um fator decisivo para o desenvolvimento e crescimento das empresas. Cresce a conscientização, por parte da sociedade, do papel imprescindível que as grandes organizações têm frente às questões sociais, assim como a cobrança por uma atuação responsável e uma postura que explicita a preocupação com tais questões (DUARTE; TORRES, 2013, p.9).

Em uma análise da NBC T 15, percebe-se o requerimento da divulgação desse comportamento, quando informados integralmente, podem auxiliar os interessados na identificação das instituições que procedem em seu comportamento através de um viés compatível com as características de atuação no mercado, embasadas na Responsabilidade Social.

Há a necessidade de entender que:

A doação, muito confundida com a prática socialmente responsável, nada mais é do que uma prática filantrópica. A ação filantrópica trata-se de uma ação social externa à empresa, tendo como beneficiário a comunidade. Além disso, ela acaba se tornando um paliativo para a grave conjuntura social, pois não busca a continuidade das ações e se concentra em ações esporádicas, como por exemplo, a campanha do agasalho no inverno e arrecadação de brinquedos na época do Natal (DUARTE; TORRES, 2013, p.6).

Srouf (1998, apud Soares 2004, p.8) indica que as entidades ao, “assumir uma postura socialmente responsável significa, portanto, a empresa não se restringir a sua função econômica, passando a orientar-se pela função ética da responsabilidade social corporativa”.

Por outro lado, Trevisan (2002) aponta a necessidade cada vez maior das empresas em desenvolverem atividades, mesmo que as mais simples, relacionadas à responsabilidade social aliada aos objetivos da instituição e ao lucro, tornando-se assim, uma estratégia para atrair clientes ou investidores, preocupados com as questões sociais e ambientais.

Desta forma, temos duas visões diferenciadas sobre a prática da Responsabilidade Social desenvolvida pelas entidades, a primeira de certo modo utópica, no que se relacionam a sua essência, quando comparada ao sistema capitalista em que a grande maioria da sociedade mundial está habituada a conviver e a segunda demonstra possivelmente, o motivo no qual as instituições optam por este investimento.

2.8 FAVORABILIDADE EMPRESARIAL SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Revista Veja, em uma edição especial, produzida em Dezembro de 2001, trouxe em sua capa a seguinte expressão “Guia para Fazer o Bem”, neste encarte há a presença do artigo “As lições de Responsabilidade Social”, o mesmo inicia afirmando:

o consultor Peter Drucker, guru dos gurus da área de administração, gosta de contar em suas palestras que as entidades filantrópicas, por menores que sejam, podem ensinar muito às empresas, mesmo às megacorporações multinacionais. Segundo Drucker, creches, asilos e orfanatos são instituições versadas na arte de atingir metas impressionantes com recursos exíguos. Em outras palavras, reclamações comuns na vida empresarial, como "não dá", "falta gente" ou "falta dinheiro", são pronunciadas com menos frequência no universo da filantropia. Essas entidades também conhecem como ninguém os segredos de motivar equipes e organizar o trabalho em grupo. Afinal, ninguém espera que um orfanato busque ultrapassar metas prometendo em troca bônus no fim do ano ou uma promoção (REVISTA VEJA, 2001, p. 01).

Outros aspectos positivos em relação ao investimento em Responsabilidade Social, e levando em consideração que o mercado financeiro está cada vez mais competitivo e esse tipo de investimento pode representar um diferencial para a entidade:

* Maior valor agregado à imagem da empresa, à marca e aos produtos e serviços. A empresa passa a ser mais admirada pelos consumidores atuais e potenciais e pela comunidade, que desenvolvem atitudes favoráveis em relação aos seus produtos e serviços. Em muitos casos, a decisão de compra pode ser definida a partir dessa atitude;

* Maior motivação de seus funcionários. Os funcionários percebem que trabalham para uma empresa que se preocupa realmente com o bem-estar social e onde podem ampliar a sua cidadania. Os funcionários beneficiados pelas ações sociais da empresa e, principalmente, os que delas participam são mais motivados, melhoram seu desempenho, e são mais aderentes aos programas da empresa. E possuir funcionários motivados e que vistam e suem a camisa da empresa é uma importante fonte de vantagem competitiva;

* Maior capacidade de obter recursos necessários e conhecimento. As empresas que investem em ações sociais são mais admiradas também pelos empregados em potencial. As pessoas desejam trabalhar em organizações deste tipo. Consequentemente, essas empresas são mais capazes de atrair melhores funcionários. Além disso, ao se aproximar da comunidade, as empresas tornam-se mais aptas a obter informações e conhecimentos sobre os clientes e o mercado e sobre si própria. As atividades de cunho social também funcionam como locais de aprendizado para seus funcionários em assuntos como liderança, trabalho em equipe, alocação de recursos etc (VILHENA, 2013, p. 1).

Percebe-se que a favorabilidade em se investir em Responsabilidade Social está além dos princípios norteadores da NBC T 15. O mesmo contribui financeiramente com a instituição e ao mesmo tempo esta relação, incentiva este investimento e sua divulgação, pois contribuem para uma positividade da imagem da empresa.

2.9 COOPERATIVA

Os termos Cooperativismo, Cooperação e Cooperativa são distintos e mediante a importância dos mesmos ao trabalho, propõem-se a conceituação de cada, demonstrando suas diferenças e ao mesmo tempo, identificando suas relações que proporcionam a constituição da cooperativa.

A palavra cooperativismo, habitualmente usada no singular, dá ao leitor ou ouvinte a impressão de possuir um sentido único, com o que não concordaria um observador mais atento, visto a pluralidade de sentidos que a palavra possui no cotidiano: cooperativas de transporte, cooperativas de serviços de limpeza, cooperativas metalúrgicas, cooperativas... . Além disto, o sufixo *ismo* lembra aquilo que se relaciona a doutrinas econômicas e religiosas, levando o termo a receber outros sentidos que não se relacionam apenas às organizações, campo em que ele parece estar situado (IDE, 2005, p.70).

Em consonância Costa (2013, p, 01) define o cooperativismo como, “um movimento social resultante das consequências do liberalismo econômico do século XIX, que buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora”.

Complementando esta ideia, Franz e Azambuja (2006), indicam os princípios do cooperativismo aprovados no Congresso de Manchester, em 1995, aos quais, servem como orientação aos valores de qualquer tipo de cooperativa, sendo: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade.

Destaca-se, a educação, formação e informação dos cooperados e representantes no tocante as informações sobre a cooperativa, o que também se remete a questões sociais, bem

como o interesse pela comunidade que atuam ao expressar suas informações de forma coerente as normas e legislações vigente como o caso da NBC T 15.

A Cooperação é observada por Frantz (2001, p. 242), “como um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns”. No qual a negociação e o diálogo precisam fazer parte do cotidiano do grupo de pessoas ao qual estão interagindo com o mesmo objetivo e finalidade.

Assim, diante do exposto, o cooperativismo e a cooperação podem ou não estar vinculados às organizações, sendo possível identificá-los em outros senários, porém são requisitos obrigatórios quando observados no mercado econômico vinculado as instituições denominadas cooperativas.

Estas empresas intituladas como Cooperativas são regulamentadas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. O Art. 4º garante que:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Esta regulamentação norteia todo e qualquer tipo de cooperativa no Brasil, sendo estas diferenciadas pela atuação no mercado de trabalho e muitas vezes na cadeia produtiva. Assim, as denominações dadas as Instituições como, no neste caso, Cooperativa Agroindustrial, deriva de suas atividades econômicas, bem como, do somatório constituído pelos termos

Cooperativismo e Cooperação, sendo que estes devem estar bem definidos e compreendidos por todos os cooperados e funcionários da instituição, no momento da constituição da mesma.

Para que, sua administração esteja pautada nas necessidades específicas deste formato de empresa, estabelecendo sua rotina de maneira satisfatória aos conceitos que estão baseados sua formação. Esta junção viabiliza e caracteriza de maneira única o tipo de cooperativa, o que proporciona entre outros, o alcance de seus objetivos.

Pode-se perceber que, há muitos anos as cooperativas se fazem presentes e atuantes no Brasil, sendo regulamentadas por legislação própria e colaborativas com o crescimento econômico do país, demonstrando sua importância neste cenário.

3 METODOLOGIA

Como sugere Raupp e Beuren (2010) o trabalho monográfico deverá reportar-se às três categorias de tipologia de pesquisa (quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema). As mesmas serão identificadas nos itens que seguem.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Seguindo a consideração feita pelas autoras, à primeira categoria, quanto aos objetivos, à pesquisa será descritiva, este formato relaciona-se a identificação e comparação, afirmam Raupp e Beuren (2010). Sendo a proposta, a elaboração de comparativo entre quais informações precisam ser divulgadas e aquelas que são divulgadas.

A segunda categoria observará as formas de pesquisa quanto aos procedimentos, tomando assim para este trabalho a pesquisa documental, para Raupp e Beuren (2010, p. 89) “os documentos são classificados em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão”. Neste caso será utilizada fonte de segunda mão, pois a mesma trata-se de relatório empresarial.

A terceira categoria refere-se à pesquisa quanto à abordagem do problema, tratando-se assim de pesquisa qualitativa, pois a análise nos dados que será feita buscará visualizar informações que não podem ser relatadas pelos números, observando como é divulgado o Balanço Social da instituição e quais características da mesma poderão ser observada.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/ UNIDADE ANÁLISE

A unidade de análise utilizada trata-se, da percepção em diagnosticar as informações que estão sendo divulgadas por completo, parcialmente ou não divulgadas pela Cooperativa que será analisada, em relação à NBC T 15.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

No que se refere à coleta dados, utilizou-se os relatórios já mencionados referentes ao ano de 2012 e divulgado no ano de 2013, sendo coletados item a item da proposta feita pela NBC T 15, elencados no Anexo B.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise tem por objetivo, conhecer o material obtido durante o processo investigatório. A técnica utilizada é a Análise Documental, definida por Colauto e Beuren (2010), como uma técnica para abordar dados qualitativos e quantitativos. Utilizam como suporte subsidiário informações coletadas em documentos e materiais escritos.

A interpretação dos dados coletados e analisados, esteve apoiada a NBC T 15, confrontando a mesma com os respectivos dados presentes nos Relatórios Anual e SócioAmbiental, podendo assim, ser formulado um paralelo de informações, que resultará em um comparativo.

Desta forma, o comparativo indicou quais itens são contemplados nas divulgações feitas pela Cooperativa, no que compete ao social da instituição, possibilitando mensurar em percentual o quantitativo de informações divulgadas por completo, parcialmente e não divulgadas.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Os dados da Cooperativa analisada foram coletados do Relatório Anual e Relatório SocioAmbiental do ano de 2012 e comparados com a NBC T 15, no que se refere aos aspectos sociais. A mesma divide a solicitação de divulgação destes aspectos, em três macro componentes: Geração e Distribuição de Riqueza; Recursos Humanos e Interação da Entidade com o Ambiente Externo.

A NBC T 15 salienta que além dos itens elencados, a empresa poderá acrescentar o que julgar relevante sobre os aspectos sociais e ambientais, os quais são desenvolvidos pela entidade. Por tanto, serão descritos separadamente a análise de cada componente e generalizadamente o que a empresa acrescentou aos relatórios.

Em resumo, a evidenciação divulgada pela instituição estudada pode ser apresentada nos quadros que seguem identificadas em cada item que compõem a NBC T 15, sendo composta, por três situações distintas, as quais podem ser classificadas em: informações divulgadas, caracterizadas por aquelas que, os relatórios apresentam os itens solicitados pela norma em questões e os respectivos valores investidos, as informações divulgadas parcialmente, se referem a itens informados sem os respectivos valores solicitados e por fim, itens que não constam nos relatórios analisados.

Também, será inserida nesta tabela informações que estão presentes no relatório Sócio Ambiental por opção da empresa, o que é possibilitado pela NBC T 15, sendo estas classificadas nos mesmos moldes utilizados para, os itens solicitados especificadamente na referida norma.

4.1 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

É solicitada a divulgação da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) no que se refere ao valor de riqueza gerado pela empresa e a maneira como é distribuído.

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
Geração e Distribuição de Riqueza			
Demonstração de Valor Adicionado (DVA)			X

QUADRO 05: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

A instituição em questão, em ambos os relatórios analisados, não apresenta esta divulgação.

4.2 RECURSOS HUMANOS

Compõem este aspecto à Remuneração, Benefícios Concedidos, Composição do Corpo Funcional, as Contingências e os Passivos Trabalhistas. Cada item é composto por subitens que devem ser divulgados em formato expesso monetariamente. Para fazer a comparação com os dados coletados, será analisado cada item individualmente, conforme as exigências da NBC T 15.

4.2.1 Remuneração e Benefícios Concedidos a Empregados, Administradores, Terceirizados e Autônomos

A norma que está sendo utilizada neste trabalho estabelece os critérios pertencentes ao aspecto em questão, e estes estarão descritos a baixo comparados com a análise realizada dos relatórios.

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
<i>Remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos</i>			
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos			X
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade			X
Gastos com encargos sociais	X		
Gastos com alimentação		X	
Gastos com transporte			X
Gastos com previdência privada			X
Gastos com saúde		X	
Gastos com segurança e medicina do trabalho		X	
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)		X	
Gastos com cultura			X
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional			X
Gastos com creches ou auxílio-creches			X
Participações nos lucros ou resultados			X

QUADRO 06: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

a) Remuneração Bruta segregada por Empregados, Administradores, Terceirizados e Autônomos: não constam nos relatórios analisados informações sobre o valor desta remuneração.

b) Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administrados: não são informados os valores que estão relacionados a esta questão;

c) Gastos com Encargos Sociais: a entidade divulga informação do valor total no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas, sendo na segunda, dividido por obrigação social e seu respectivo valor, sendo eles descritos como: INSS, INSS Prod. Agropecuário (FUNRURAL), PIS, FGTS, Contribuição Sindical, Outras Obrigações Sociais, INCRA, ANTT e Trabalhistas;

d) Gastos com Alimentação: consta a informação de benefício de Vale Alimentação aos funcionários, porém não é informado o valor do mesmo;

e) Gastos com Transporte: na divulgação dos benefícios aos empregados, não consta a cedência deste benefício, assim entende-se que o mesmo não é oferecido;

f) Gastos com Previdência Privada: a mesma observação pode ser feita em relação aos Gastos com Transporte;

g) Gastos com Saúde: são divulgados os benefícios com Planos de Saúde, Odontológico e Assistência a Gestante, porém os valores dos mesmos não são divulgados;

h) Gastos com Segurança e Medicina do Trabalho: o relatório SócioAmbiental (2012), afirma que são injetados muitos recursos em relação a Segurança e Medicina do Trabalho, com intuito de prevenção, assim como, são desenvolvidas ginásticas laborais, orientações sobre o uso de equipamentos para segurança individual, exercícios práticos sobre o combate de incêndios e a instituição mantém um comitê responsável por sugerir melhorias a segurança no trabalho, porém numericamente não há informações de quanto é investido;

i) Gastos com Educação (excluídos os de Educação Ambiental): assim como em outros aspectos, não são divulgados valores dos investimentos feitos com a Educação, mas consta como benefícios aos funcionários, financiamento a especializações.

j) Gastos com Cultura: não consta a divulgação de atividades culturais desenvolvidas pela Cooperativa;

k) Gastos com Capacitação e Desenvolvimento Profissional: no Relatório (2012), consta informações sobre 220 eventos de Qualificação Técnica, com a participação total de 24.055 pessoas, 261 eventos relacionados a Formação Pessoal e Cooperativista com a participação total de 19.390 pessoas, esses eventos são compostos por, cursos, seminários, palestras e treinamentos, possivelmente, pelo quantitativo de pessoas os cursos não são voltados apenas para os empregados, contam também com a participação de cooperados. Não há referência da mensuração de valores dos mesmos, porém a instituição mantém um órgão denominado Universidade Corporativa, responsável por identificar a necessidade e capacitar os empregados, subordinado a este órgão ocorreram 2.617 eventos capacitadores;

l) Gastos com Creches ou Auxílio-creches: o Auxílio-creche é considerado mais um dos benefícios divulgados, porém não constam o valor gasto com este incentivo;

m) Participações nos lucros ou resultados: são oferecidas aos funcionários participações nos lucros ou resultados, porém, não há divulgação dos valores relacionados;

4.2.2 Evidenciação em Relação à Composição dos Recursos Humanos

A NBC T 15, comparada aos relatórios analisados indicam a seguinte composição,

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
<i>Evidenciação relativo à composição dos recursos humanos</i>			
Total de empregados no final do exercício	X		
Total de admissões			X
Total de demissões			X
Total de estagiários no final do exercício			X
Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício			X
Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício			X
Total de empregados por sexo	X		
Total de empregados por faixa etária			
Menores de 18 anos			X
De 18 a 35 anos			X
De 36 a 60 anos			X
Acima de 60 anos			X
Total de empregados por nível de escolaridade			
Analfabetos			X
Com ensino fundamental			X
Com ensino médio			X
Com ensino técnico			X
Com ensino superior			X
Pós-graduados			X
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo			X

QUADRO 07: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

a) Total de Empregados no final do Exercício: a instituição divulgou a informação de 5.644 funcionários no fim do exercício do ano de 2012;

b) Total de Admissões: não constam informações nos relatórios sobre as admissões;

- c) Total de Demissões: não constam informações nos relatórios sobre as demissões;
- d) Total de Estagiários no final do exercício: não consta nenhuma informação sobre a contratação de estagiários, nos relatórios observados;
- e) Total de Empregados Portadores de Necessidades Especiais no final do Exercício: nos relatórios analisados, não são mencionados a contratação de empregados com necessidades especiais;
- f) Total de Prestadoras de Serviços Terceirizados no final do Exercício: não há informação sobre a contratação de serviços terceirizados;
- g) Total de Empregados por sexo: há uma especificação dos empregados por sexo, sendo 60% homens e 40% mulheres;
- h) Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos, não há informação sobre os empregados no que se remete a segmentação por idade;
- i) Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior e pós-graduados, nos relatórios analisados, não há nenhuma informação como está solicitada;
- j) Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo: não há informações sobre o número de pessoas que ocupam os cargos de chefia, bem como, não há segmentação por sexo.

4.2.3 Ações Trabalhistas Movidas Pelos Empregados Contra a Entidade

As informações solicitadas para divulgação, segundo a NBC T 15, referem-se aos aspectos seguintes:

- a) Número de Processos Trabalhistas Movidos Contra a Entidade;
- b) Número de Processos Trabalhistas Julgados Procedentes;
- c) Números de Processos Julgados Improcedentes;
- d) Valor Total de Indenizações;
- e) Multas Pagas por Determinação da Justiça.

A Análise feita delinea o seguinte quadro:

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
<i>Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade</i>			
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade			X
Número de processos trabalhistas julgados procedentes			X
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes			X
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça			X

QUADRO 08: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

Mais uma vez, nenhum dado sobre estes aspectos foram divulgados nos relatórios analisados.

4.3 INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

Este componente, segundo a NBC T 15, tem por objetivo demonstrar a interação da empresa com a comunidade resultando em:

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
<i>Interação da Entidade com o Ambiente Externo</i>			
Interação com a comunidade			
Educação (exceto a de caráter ambiental)		X	
Cultura			X
Saúde e saneamento			X
Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária			X
Alimentação			X

QUADRO 09: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

a) Educação, exceto a de caráter ambiental: neste aspecto são descritos os programas Cooperjovem, no qual é desenvolvido há treze anos e possibilitou acesso a mais de vinte mil alunos de escolas públicas e privadas, ao cooperativismo e seus benefícios à sociedade e o programa Jovem Aprendiz Cooperativo, atuante há sete anos, possibilitou experiência profissional a cento e cinquenta e sete jovens, porém o valor investido em ambos os programas não são divulgados nos relatórios;

b) Cultura: não há a descrição de nenhuma atividade relacionada a cultura;

c) Saúde e Saneamento: não existem informações sobre o desenvolvimento deste aspecto;

d) Alimentação: não constam inseridos nos relatórios, informações sobre este aspecto.

4.3.1 Interação Entre a Instituição e Clientes

Integram esta relação os seguintes aspectos:

a) Número de Reclamações Recebidas Diretamente na Entidade;

b) Número de Reclamações Recebidas por Meio dos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor;

c) Número de Reclamações Recebidas por Meio da Justiça;

d) Número de Reclamações Atendidas em cada Instância Arrolada;

e) Montante de Multas e Indenizações a Clientes, Determinadas por Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor ou pela Justiça;

f) Ações Empreendidas pela Entidade para Sanar ou Minimizar as causas das reclamações.

O comparativo resulta em,

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
Interação com os clientes			
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade			X
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor			X
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça			X
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada			X
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça			X
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações			X

QUADRO 10: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

Em relação a todos esses aspectos não há nenhuma informação divulgada nos relatórios.

4.3.2 Interação Entre Instituição e Fornecedores

A análise feita relaciona-se há,

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
Informações relativas aos Fornecedores			
Critérios de Responsabilidade Social adotados para a seleção de fornecedores			X

QUADRO 11: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

No que se refere a esta relação, a única exigência feita é a existência de critérios de responsabilidade social para a escolha dos mesmos, nenhuma informação foi divulgada sobre este assunto.

4.4 INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A ENTIDADE

O quadro comparativo formulado sobre o respectivo assunto indica,

Informações Previstas Para Divulgação Pela NBCT N° 15	Informações Divulgadas	Informações Divulgadas Parcialmente	Informações Não Divulgadas
Informações Acrescentadas pela Entidade no Balanço SocioAmbiental			
Histórico da Entidade	X		
Faturamento Industrial	X		
Faturamento Total	X		
Evolução do Quadro de Associados	X		
Investimentos			X
Premiações Concedidas a Cooperativa	X		
Rankings Ocupados pela Empresa em relação a(o):			
Faturamento	X		
Comércio	X		
Empregadora	X		
Agronegócio	X		
Área de Atuação	X		
Pagamento Total do ICMS	X		

QUADRO 12: Comparativo entre a NBC T 15 e as Informações Divulgadas nos Relatórios: Anual e SocioAmbiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anual e SocioAmbiental comparados com a NBC T 15

A entidade julga necessário divulgar a aqueles que se interessam por suas informações, o histórico da entidade, o aumento produtivo e comercialização de seus produtos, a evolução do quadro de associados e sua respectiva movimentação, havendo dados em relação a cada estado. Também são divulgados os investimentos realizados, porém não são informados os valores investidos em cada aquisição, outro aspecto refere-se às premiações recebidas e a posição da instituição em rankings nacionais, em relação ao faturamento, o comércio, empregadora e agronegócio.

A instituição afirma desenvolver atividades voltadas para as mulheres cooperadas ou esposas de cooperados, bem como, jovens, sendo estes, filhos de associados, o primeiro

voltado para a qualificação técnica, propondo cursos que auxiliem no ato da geração de renda e o segundo voltados para o incentivo à cooperação.

Outro aspecto remete-se a área de atuação da cooperativa, caracterizada pelo número de unidades e estados em que estão distribuídas, a empresa não centraliza o pagamento de ICMS, considerando o pagamento por cidade, diretamente a proporção da produção local, no qual, a mesma percebe esta ação como um retorno a sociedade.

4.5 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Assim, excluindo os itens inseridos pela Cooperativa, foram analisadas 48 questões relacionadas ao aspecto social da empresa, solicitados pela NBC T 15, dos quais, 83,33% não foram divulgadas pela mesma, 10,42% das informações foram divulgadas parcialmente e apenas 6,25% foram divulgados nos moldes previstos, o que comunga com as informações emitidas por Souza e Pacheco (2007, p.14) “é possível considerar que as informações fornecidas atualmente pelas empresas não atinge o nível desejado de acordo com os objetivos encontrados na literatura”.

Em consonância, Beuren et al. (2010, p.48) justificam esta ausência de informação através do argumento no qual, “para diversas empresas, pode ser inviável evidenciar informações de natureza social e ambiental que venham a manchar sua imagem perante a sociedade”. Não se pode afirmar que esta Cooperativa encaixa-se neste perfil, mas afirma-se que a maioria dos itens solicitados pela NBC T 15, não foram divulgados conforme as características previstas, o que deixa dúvidas sobre o motivo.

Retomando as informações indicadas na introdução desta pesquisa, por Gomes et al. (2013), principalmente por Vieira e Faria (2007) e Beuren et al. (2010), observa-se uma tendência maior pela evidenciação de informações Sociais divulgadas por empresas classificadas como Companhia de Capital Aberto.

Segundo a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA) e Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) (2008, p. 2), “Companhia de capital aberto, ou simplesmente companhia aberta, é aquela que, através de registro apropriado junto à CVM, está autorizada a ter valores mobiliários de sua emissão negociados publicamente no mercado”.

Também definem valores mobiliários sendo, “títulos emitidos pelas sociedades anônimas (S.A.), como ações, debêntures, notas promissórias (*comercial papers*), certificados de recebíveis imobiliários, quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e outros

instrumentos menos usuais, destinados à captação de recursos” (ANDIMA; ABRASCA, 2008, p.2).

Assim, mesmo uma cooperativa tendo perfil diferenciado de uma companhia aberta, pode-se relacioná-las pela formação de capital, composto por diversos agentes com o mesmo propósito, tendo como agravante da primeira, o perfil cooperativo, no qual se trata das relações dos indivíduos presentes na instituição, questão esta mensurada na NBC T 15 e não expressa nos relatórios analisados da instituição, ao se tratar, por exemplo, de questões relacionadas aos funcionários.

A própria forma de divulgação incompleta dos dados, caracteriza uma atividade oposta a este perfil, bem como, a alguns dos princípios norteadores formulados no Congresso de Manchester, em 1995, ao qual se referem ao cooperativismo, processo social gerador das cooperativas, por não haver uma comunicação por completo com os cooperados e demais interessados neste tipo de informação, que possibilitem discussões que visem melhorias na instituição.

Ao contrário da pesquisa referente às Companhias Abertas que identificou, neste formato de empresa, sua evidenciação em relação ao mesmo tipo de informação aos investidores estando estas de acordo com a NBC T 15, em um nível considerado razoável pelos autores citados, sendo não obrigatória por lei para ambos os casos.

Diante do exposto, há possibilidade de sugestão para a Cooperativa Agroindustrial em questão, fornecer as informações em relação aos aspectos sociais solicitados pela NBC T 15, estando demonstrada pela Companhia Aberta, a possibilidade desta realização, o que é fundamental para qualquer interessado nesta divulgação, principalmente para os cooperados, empregados e fornecedores, que estão relacionados à mesma diretamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi introduzido a partir de um breve histórico sobre a Ciências Contábeis e suas características de aplicação no Brasil, assim mencionou-se a relevância da atuação de seus profissionais e a evolução de suas práticas no tempo. Houve a necessidade de mencionar estes aspectos para introduzir os motivos do surgimento das Normas Brasileiras de Contabilidade e a especificação neste estudo sobre a NBC T 15, no qual se refere à divulgação dos aspectos sociais das entidades.

A investigação consistiu-se em estudar dois relatórios divulgados por uma Cooperativa Agroindustrial, para a comunidade e relacioná-los com a NBC T 15, identificando quais aspectos foram divulgados conforme a solicitação da mesma, parcialmente, aqueles não divulgados e quais aspectos a entidade acreditou ser importante para a divulgação, sendo possibilitado pela norma este tipo de inclusão. O que se pode observar é que a maioria das informações solicitadas não está evidenciada conforme a referida norma.

De acordo com as pesquisas utilizadas no decorrer, como dos autores Gomes et al (2013), por Vieira e Faria (2007) e Beuren et al (2010), observou-se que a prática de informar a existência de relatórios socioambientais à comunidade e estes não estarem de acordo com a norma contábil é comum, por se tratar de uma divulgação não obrigatória legalmente no Brasil e por outro lado, a existência desta evidenciação, mesmo que incoerente, pode ser utilizada como uma ferramenta de marketing, para influenciar os consumidores que levam em consideração este tipo de divulgação quando adquirem um produto, sendo que muitos destes desconhecem a NBC T 15.

Houve também a possibilidade de relacionar esta prática com os Princípios do Cooperativismo, nos quais esta divulgação incompleta contraria pelo menos dois destes, no qual, a divulgação nos moldes da norma, possibilitaria a transparência das informações e o cumprimento da doutrina relacionada a este tipo de sociedade.

Observou-se também que propostas de pesquisas relacionadas à evidenciação de aspectos sociais de Companhias de Capital Aberto, obtiveram maior êxito em relação à comprovação da existência desta divulgação nos moldes solicitados pela NBC T 15, o que possibilitou a sugestão da adequação de seu Relatório SocioAmbiental e demonstrou a viabilidade para a Cooperativa desta ação, observando a necessidade dos cooperados serem melhor informados sobre as informações solicitadas pela norma em questão.

Diante do exposto, o trabalho evidencia dificuldade em encontrar publicações direcionadas a questão social, relacionada à NBC T 15, no qual, identifique as práticas de

evidenciação e a necessidade de as mesmas estarem voltadas a esta Norma Brasileira, sendo um padrão possível de ser utilizado e que demonstra diversas informações importantes da instituição.

Sendo assim, sugere-se a necessidade de novas pesquisas que possam contribuir e incentivar esta prática no cenário empresarial, de modo que, mesmo não havendo uma obrigação legal, a sociedade brasileira possa ter acesso às informações sociais de diversas instituições, de modo, satisfatório e de fácil compreensão.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Josiane Teresinha de. A Evolução da Contabilidade: seus avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais. <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Carla_Joziane.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013.

ANDIMA e ABRASCA. *Abertura de Capital e Emissão de Debêntures*. julho 2008. Disponível em <http://www.debentures.com.br/downloads/textostecnicos/abertura_capital.pdf > Acesso em: 16 nov 2013.

BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu e JÚNIOR, João Chang. A Importância da Responsabilidade Social Corporativa como Fator de Diferenciação. *FACOM*, n. 17, 1º semestre de 2007. Disponível em:<http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf >. Acesso em: 10 jul 2013.

BEUREN, Ilse Maria, et al. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBCT15. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 8, p. 47-68, jan-abr 2010. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/76>> Acesso em: 27 out 2013.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm >. Acesso em: 28 jul 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, Resolução nº 1328, 18 março 2011. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1328.htm>. Acesso em: 08 jul 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a NBCT nº15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, Resolução nº 1003, 19 de Agosto de 2004. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm>. Acesso em: 09 jul 2013.

COSTA, Luciano de Souza. O Cooperativismo: uma breve reflexão teórica. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%E3o%20te%F3rica.pdf> >. Acesso em: 12 jan 2014.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação Voluntária de Informações de Natureza Social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração – Eletrônica*. São Paulo, v. 1, n. 1, art.6, jan/jun. 2008. Disponível em:<www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf> Acesso em: 19 jun 2013.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Evolução e Diagnóstico Atual do Balanço Social. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/281.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2013.

DUARTE, Cristiani de Oliveira Silva; TORRES, Juliana de Queiroz Ribeiro. Responsabilidade Social Empresarial: dimensões históricas e conceituais. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/pdf/pev42042.pdf>. Acesso em: 21 jul 2013.

FRANTZ, Walter. Educação e Cooperação: práticas que se relacionam. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5772>>. Acesso em: 28 jul 2013.

FRANZ, Cristiane Mesquita e AZAMBUJA, Fabio Melo de. A Contribuição do Cooperativismo de Crédito para a Eficiência Econômica e Eficácia Social. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf>. Acesso em: 14 jan 2014.

FREY, Roseane Márcia. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. 2009. Disponível em: <<http://www.cacic.ufsc.br/visualizar/normasb.pdf>>. Acesso em: 08 jul 2013.

GOMES, Amanda de Oliveira et al. A Evidenciação da Responsabilidade SocioAmbiental das Empresas e a Regulamentação Brasileira. Disponível em: <<http://website.acep.org.br/2011/wp-content/uploads/2012/03/A-Evidenciacao-da-Responsabilidade-Socioambiental-das-Empresas-e-a-Regulamentacao-Brasileira.pdf>> Acesso em 16 nov 2013.

IDE, Roberto Minoru. Uma Análise das Diferentes Noções do Cooperativismo na Perspectiva Construcionista. Psicologia & Sociedade, p. 70 – 78, mai/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822005000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jul 2013.

IUCÍDIBUS, Sérgio de et al. Prefácio. In: *Manual de Contabilidade Societária*: aplicável em todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRODER, Débora de Souza. Vale Investir em Responsabilidade Social? Stakeholders, Ganhos e Perdas. Disponível em: <http://ethos.org.br/_Uniethos/Documents/VALE%20INVESTIR%20EM%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20EMPRESARIAL%20_.pdf>. Acesso em: 10 jul 2013.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça et al. Mudança de Paradigma na Contabilidade Brasileira: uma explicação fundamentada na sociologia da tradução. *Revista de Contabilidade Vista e Revista*. Belo Horizonte, v. 19,n.2, p. 113 – 139, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/8088>> Acesso em: 19 jul 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional*. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Roberto de; SILVA, Thiago Lopes da; FEITAL, João Carlos de Campos. A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/edEspecialMaio2012/vol2_noespecial_artigo_13.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

PEREIRA, Anísio Candido. Contribuição à Análise e Estruturação das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras: Ensaio da Abordagem Social. *Contab. Vista & Rev.* Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 33 – 41, dez. 1995. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/60>> Acesso em: 27 jul 2013.

PINTO, Leonardo José Seixas; LOROSA, Marcos. A Evolução Histórica da Contabilidade e as Principais Escolas Doutrinárias. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/22/LEONARDO%20JOSE%20SEIXAS%20PINTO.pdf>>. Acesso em: 06 jul 2013.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, ILSE MARIA (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 76 – 97.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. A História da Contabilidade no Brasil. Disponível em: <www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/299/247>. Acesso em: 17 maio 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. A Contabilidade com Ciência. Disponível em: <<http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=4947>>. Acesso em: 06 jul 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SAMPAIO, Marcio Santos et al. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *XVII Congresso Brasileiro de Custos*. Disponível em: <http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/Mestrado/Artigos/2010/cbc2010_artigo_0401_.pdf>. Belo Horizonte. Acesso em: 09 jul 2013.

SILVA, José Carlos. *Um Estudo Sobre as Motivações que Levam Empresas a Investir em Responsabilidade Social*. 2008. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador 2008.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade Social Corporativa: Por uma boa Causa!?. *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 2, Art. 23, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 jul 2013.

SOARES, Magda Becker. O que é letramento. *Diário na Escola Santo André*. 2003. São Paulo. Disponível em: <<http://www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf>>. Acesso em 20 out 2013.

SOUZA, Alan Aparecido Siqueira; FILHO, Fernando Batista Coutinho. Harmonização Internacional: Um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/526.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2013.

SOUZA, Diocesar Costa de e PACHECO, Vicente. O Balanço Social Atende aos Objetivos a que se Propõe?. *Congresso USP, FIPECAFI*, Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/123.pdf>> Acesso em: 27 out 2013.

TREVISAN, Fernando Augusto. Balanço Social como Instrumento de Marketing. *RAE-eletrônica*, Vol. 1, N° 2, jul-dez/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a17.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2013.

VEJA. As Lições de Responsabilidade Social: empresas descobrem as vantagens de investir em projetos voltados para a comunidade. *VEJA. Edição Especial, Dez.2001*. Abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/filantropia/p_024.html>. Acesso em: 10 jul 2013.

VIEIRA, Marli Terezinha e FARIA, Ana Cristina de. Aplicação da NBC T 15 por Empresas dos Segmentos de Bebidas e Alimentos: Uma Pesquisa Documental. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007. Disponível em <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fproxy.furb.br%2Fojs%2Findex.php%2Funiversocontabil%2Farticle%2Fdownload%2F142%2F101&ei=87mHUpfnJNG54AOz0IHABw&usg=AFQjCN GqGIe9UykOo2wqAxORwdF1qHvvnw>> Acesso em: 16 nov 2013.

VILHENA, João Baptista. Responsabilidade Social: vale a pena investir?. Disponível em: <http://www.institutomvc.com.br/costacurta/artjbv14_responsabilidade_social.htm>. Acesso em: 10 jul 2013.

ANEXO A

RESOLUÇÃO CFC Nº 1328/11

DE 18 DE MARÇO DE 2011 - DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, **CONSIDERANDO** o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais;

CONSIDERANDO que a técnica legislativa utilizada no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, quando comparada com a linguagem utilizada nas normas internacionais, pode significar, ou sugerir, a eventual adoção de diferentes procedimentos técnicos no Brasil;

CONSIDERANDO que os organismos internacionais da profissão, responsáveis pela edição das normas internacionais, estão atualizando e editando novas normas, de forma continuada;

CONSIDERANDO a necessidade de redefinição e revisão da atual estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, de forma que ela se apresente alinhada e convergente aos padrões internacionais.

RESOLVE:

Art. 1º. As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Art. 2º. As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.

Parágrafo único. As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas Profissionais ou Técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

Art. 3º. As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

I – Geral – NBC PG – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II – do Auditor Independente – NBC PA – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores

independentes;

III – do Auditor Interno – NBC PI – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV – do Perito – NBC PP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Art. 4º. As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas se estruturam conforme segue:

I – Geral – NBC TG – são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

II – do Setor Público – NBC TSP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela IFAC;

IV – de Revisão de Informação Contábil Histórica – NBC TR – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela IFAC;

V – de Asseguração de Informação Não Histórica – NBC TO – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC;

VI – de Serviço Correlato – NBC TSC – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;

VII – de Auditoria Interna – NBC TI – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII – de Perícia – NBC TP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

IX – de Auditoria Governamental – NBC TAG – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Parágrafo único. As normas de que trata o inciso I do *caput* são segregadas em:

a) Normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, numeradas de 00 a 999;

b) Normas simplificadas para PMEs que compreendem a norma de PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo IASB, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, numerados de 1000 a 1999;

c) Normas específicas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 2000 a 2999.

Art. 5º. A Interpretação Técnica tem por objetivo esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância dessas normas.

Art. 6º. O Comunicado Técnico tem por objetivo esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade.

Art. 7º. As Normas são identificadas conforme segue:

I – a Norma Brasileira de Contabilidade é identificada pela sigla NBC, seguida das letras conforme disposto nos arts. 3º e 4º, numeração específica em cada agrupamento, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: NBC PA 290 – “Denominação”; NBC TG 01 – “Denominação”;

II – a Interpretação Técnica é identificada pela sigla IT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguida de hífen e denominação. Por exemplo: ITG 01 – “Denominação”; ITSP 01 – “Denominação”.

III – o Comunicado Técnico é identificado pela sigla CT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: CTG 01 – “Denominação”; CTSP 01 – “Denominação”.

IV – as Normas, Interpretações e Comunicados alterados devem ser identificados pela letra "R" de revisão, seguida do número da revisão realizada. (incluído pela Resolução CFC n.º 1443/13).

Art. 8º. As Normas Brasileiras de Contabilidade, com exceção dos Comunicados Técnicos, devem ser submetidas à audiência pública com duração mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 9º. A inobservância às Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar sujeita às penalidades previstas nas alíneas de “c” a “g” do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, e ao Código de Ética Profissional do Contador.

Art. 10. As Normas Brasileiras de Contabilidade, tanto as Profissionais quanto as Técnicas, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade continuarão vigendo com a identificação que foi definida nas Resoluções CFC n.º 751/93, n.º 1.156/09 e n.º 1.298/10 até serem alteradas ou revogadas mediante a emissão de novas normas em conformidade com as disposições previstas nesta Resolução.

Art. 11. Fica revogada a Resolução CFC n.º 1.298/10, publicada no D.O.U., Seção 1, de 21/9/2010.

Art. 12. Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de março de 2011.

Contador **Juarez Domingues Carneiro**

Presidente

Publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2011. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011, em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1328.htm).

RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/04**DE 19 DE AGOSTO DE 2004
APROVA A NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E
AMBIENTAL.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Presidente

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e

autônomos;

b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;

c) gastos com encargos sociais;

d) gastos com alimentação;

e) gastos com transporte;

f) gastos com previdência privada;

g) gastos com saúde;

h) gastos com segurança e medicina do trabalho;

i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);

j) gastos com cultura;

k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;

l) gastos com creches ou auxílio-creches;

m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

a) total de empregados no final do exercício;

b) total de admissões;

c) total de demissões;

d) total de estagiários no final do exercício;

e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;

f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;

g) total de empregados por sexo;

h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:

menores de 18 anos

de 18 a 35 anos

de 36 a 60 anos

acima de 60 anos

i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:

analfabetos

com ensino fundamental

com ensino médio

com ensino técnico

com ensino superior

pós-graduados

j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;

e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;

f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;

b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;

c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;

d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;

e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;

f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade;

g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;

h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste,

quando a entidade for submetida a esse procedimento.

Publicada no Diário Oficial da União de 06.09.2004.(CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE, em:

http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm).